

Minas

HOJE EM DIA

BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 30/4/97 • PÁG. 1

RODRIGO DAI



▼ PÁG. 11
Metrô tem mais
duas estações
e passagem é
gratuita hoje

Produtor rural se diz humilhado

Acordo feito com os Krenaks para assentamento de famílias despejadas desagrada a todos

Luciene Takahashi
ENVIADA ESPECIAL

RESPLENDOR - O acordo firmado por autoridades do Estado com os índios krenaks, na noite de segunda-feira, envolvendo as famílias de produtores rurais que estão sendo despejadas da área de quatro mil hectares dos indígenas e não têm para aonde ir, não agradou, na verdade, nenhuma das partes. Vários produtores ouvidos, ontem, o consideram uma humilhação. Já o cacique da tribo, José Alfredo de Oliveira Krenak, que estava irredutível no domingo à permanência dos produtores na área, disse que a comunidade mudou de idéia para cooperar com os agricultores classificados de miseráveis, mas evita confirmar ou negar a versão de que se sentiu pressionado.

A proposta foi negociada pelo procurador-chefe da República em Minas, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, pelo procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Álvaro Ricardo de Souza Cruz, pelo superintendente da Polícia Federal em Minas, delegado Agílio Monteiro e pelo administrador Executivo Regional da Funai, Wilton Madson Andrada, em uma reunião na aldeia. A imprensa foi mantida longe. O próprio procurador da Funai, o advogado Umberto Gomes Serafim, disse ter ficado surpreso com a mudança dos índios, que aceitaram separar uma área para que os produtores pobres deixem o gado e fiquem acampados até serem reassentados,

no prazo de seis meses, pelo Inca.

O assessor jurídico do Cimi, Luiz Chaves, que ontem estava na aldeia dos krenaks, defende que os índios foram pressionados a aceitar a proposta. Como o clima é tenso na região, os krenaks teriam ficado receosos a não cooperar. O cacique, que estava sentado ao seu lado, evitou entrar em detalhes. Disse que foram duas horas de bate-papo e que os índios sempre estiveram "arriscados de violência". Ele afirmou que, na manhã de hoje, pretende indicar a área - cujo tamanho ainda não definiu - para ficar temporariamente à disposição dos produtores, mas só vai concordar, definitivamente, quando o acordo estiver no papel e respeitar as limitações negociadas - nenhuma construção ou plantio na área e a permanência máxima de seis meses.

"PÉSSIMA NEGOCIAÇÃO"

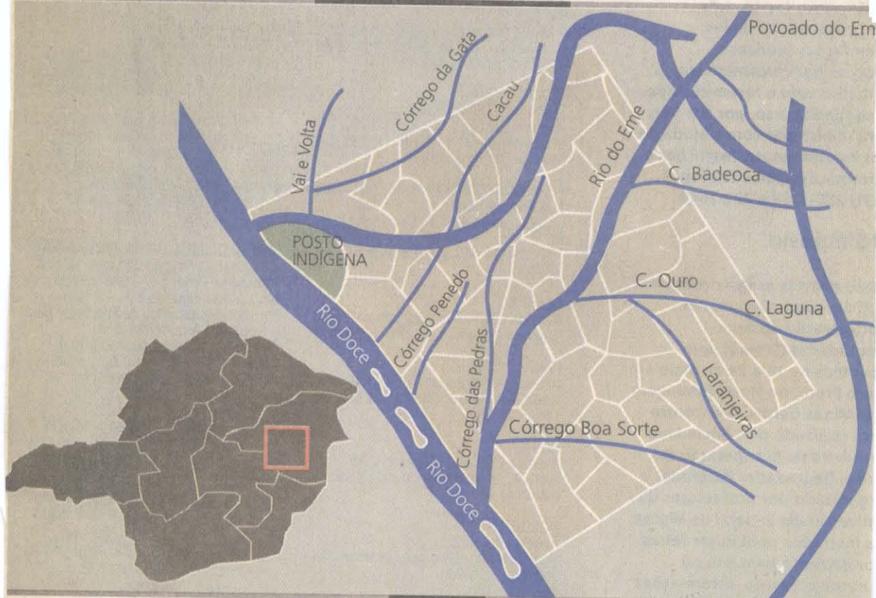
As restrições desagradam os produtores necessitados. Lídia Corrêa da Silva, filha do agricultor João Antônio Filho, 78 anos - que está entre os considerados miseráveis - dá o tom: "Foi uma péssima negociação. Ninguém vai se sujeitar a ficar acampado em lona porque a terra é nossa. Não somos invasores, somos trabalhadores, que estão sendo roubados. Humilhados." A oficial de Justiça responsável pelo despejo, Hilda Bicalho, é pessimista quanto à eficácia da proposta. Para ela, o acordo não sairá do papel. "Duvido que algum produtor vá ficar acampado aqui", afirma.

FOTOS/MARCELO SANT'ANNA



Oficiais de Justiça e PF entregam ordem de despejo para famílias da área Krenak

ÁREA EM LITÍGIO



ARTE ■ HOJE EM DIA

Federais têm dificuldades

RESPLENDOR - Poucos proprietários rurais foram encontrados, ontem, pela Polícia Federal e oficiais de Justiça responsáveis pela reintegração de posse da área Krenak. Na maioria dos sítios e fazendas visitados, os quatro oficiais não encontraram ninguém ou comunicaram o despejo a caseiros, que se comprometeram a avisar aos patrões e pediram um prazo para retirar suas coisas do local. O segundo dia da operação - que envolve 21 agentes federais, quatro oficiais de Justiça, seis peritos e um procurador da Funai - foi dedicado também ao levantamento das benfeitorias deixadas pelos produtores na área. O grupo foi dividi-

do em duas equipes e passou todo o dia na área.

O delegado da Polícia Federal responsável pela operação, Hélio Dias Leite, afirmou que pretende encerrar os trabalhos na região até o dia 7. A oficial de Justiça Hilda Bicalho preferiu não estipular prazo. O despejo, que foi iniciado na tarde de segunda-feira, envolve 87 propriedades. No primeiro dia, só foi oficializado o da fazenda do prefeito de Conselheiro Pena, Balbino Lagnier de Lacerda (PMDB), conhecido por "Vaisman". A desocupação, iniciada por volta das 15h30, só foi concluída à noite. Um incidente envolvendo alguns índios que se aproximaram para acompanhar a movimentação - eles

teriam pegado algumas frutas - e a filha de um dos produtores rurais despejados exigiu a intervenção do delegado federal. Até a tarde de ontem, nenhum outro incidente foi registrado.

Os poucos produtores rurais que permaneciam na área, como Admário Penado de Oliveira, 72 anos, Aluizio Pretes, 34 anos e Adão de Paula, 58 anos, passaram o dia desmontando telhados e retirando móveis e o gado de suas propriedades. As histórias dos três, que garantem não ter para aonde ir, são parecidas. Têm documentos de propriedade da terra, nasceram, cresceram e estavam criando suas famílias na área.